



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO PADRE JOÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

REQUERIMENTO Nº DE 2026
(Dep. Padre João PT-MG)

Requer a realização de audiência pública para debater o crescimento dos registros de trabalho escravo no Brasil, denúncias de violações de direitos humanos em cadeias produtivas agrícolas e os impactos de investigação comercial aberta pelos Estados Unidos sobre supostas práticas de trabalho forçado.

Excelentíssima Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Art. 58, § 2º, II, da Constituição da República e nos Arts. 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização, por esta Comissão, de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater o crescimento dos registros de trabalho escravo no Brasil, que aumentaram 38,3%¹, bem como analisar denúncias recentes relacionadas a violações de direitos humanos em cadeias produtivas agrícolas e seus impactos nacionais e internacionais.

A audiência também buscará discutir as repercussões da notícia divulgada pelo portal UOL² segundo a qual o Governo dos Estados Unidos teria aberto investigação comercial contra o Brasil por suposta prática de “trabalho forçado” na produção ou, sobretudo, na importação de bens e produtos oriundos de terceiros países produzidos sob tais condições.

¹ Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2026/03/14/na-mira-dos-eua-registros-de-trabalho-escravo-crescem-no-brasil.ghnm>> Acesso em 16/mar/2026

² Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/mariana-sanches/2026/03/12/eua-incluem-brasil-em-investigacao-comercial-que-pode-criar-novas-tarifas.htm>> Acesso em 16/mar/2026

DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO

Endereço: Gabinete 762 - Anexo IV - Câmara dos Deputados - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900 E-mail: dep.padrejoao@camara.leg.br Telefone: (61) 3215-5762





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO PADRE JOÃO

De acordo com a reportagem, o procedimento, conhecido como “Seção 301”, foi determinado pelo Representante Comercial da Casa Branca e pode resultar na adoção de medidas comerciais contra o Brasil, incluindo a imposição de novas tarifas sobre produtos brasileiros exportados para aquele país.

Ainda segundo a matéria, setores agrícolas norte-americanos acusam produtores brasileiros de se beneficiarem de condições de concorrência consideradas desleais, alegando que haveria utilização de mão de obra forçada ou em condição análoga à escravidão, o que reforça a necessidade de um debate público qualificado e baseado em evidências.

Ademais, deverá ser analisado material investigativo produzido pela organização Repórter Brasil, no qual são descritas situações que podem configurar violações trabalhistas e de direitos humanos em lavouras de café no Sul de Minas Gerais, inclusive em propriedades certificadas e inseridas em cadeias produtivas que abastecem grandes empresas do setor.

O debate sobre essas denúncias e sobre o crescimento dos registros de trabalho escravo no país é fundamental para fortalecer as políticas públicas de prevenção, fiscalização e responsabilização, bem como para proteger trabalhadores rurais, assegurar a integridade das cadeias produtivas brasileiras e preservar a imagem do país no cenário internacional.

Demonstrada a importância e a necessidade de realização do aludido debate no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, no qual poderão ser encaminhadas propostas de fortalecimento e aprimoramento das iniciativas em curso, requiro, ainda, sejam convidados e convidadas a comparecer na Sessão de Audiência Pública:

- Exma. Sra. Macaé Evaristo, Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania;

DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO

Endereço: Gabinete 762 - Anexo IV - Câmara dos Deputados - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900 E-mail: dep.padrejoao@camara.leg.br Telefone: (61) 3215-5762





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO PADRE JOÃO

- Exmo. Sr. Luiz Marinho, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;
- Exmo. Sr. Leleco Pimentel, Deputado Estadual pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- Senhor Jorge Ferreira dos Santos, Coordenador da Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais (Adere);
- Representante da Conectas Direitos Humanos;
- Representante da Repórter Brasil;
- Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

JUSTIFICAÇÃO

A realização desta Audiência Pública permitirá que a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial aprofunde a discussão sobre as condições de trabalho no meio rural, os desafios enfrentados pela fiscalização trabalhista e as medidas necessárias para erradicar o trabalho em condição análoga à escravidão no Brasil, além de avaliar os impactos diplomáticos, comerciais e reputacionais decorrentes das investigações internacionais em curso.

Pela relevância do tema e pela urgência social que o momento impõe, conto com o apoio dos e das nobres colegas para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de março de 2026.

Deputado PADRE JOÃO
PT-MG

DEPUTADO FEDERAL PADRE JOÃO

Endereço: Gabinete 762 - Anexo IV - Câmara dos Deputados - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900 E-mail: dep.padrejoao@camara.leg.br Telefone: (61) 3215-5762

